

Ministros confirmam regras para composição do Parlasul



Jane Araújo/Senado Federal

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim (2º à dir.), diz que "decisão é importante porque o Mercosul quer promover não apenas o desenvolvimento e o comércio, mas também a democracia"

Em Montevideu, ministros das Relações Exteriores de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai chegam a acordo sobre a futura composição do Parlamento do Mercosul

Os chanceleres dos quatro países ratificaram o acordo político firmado no ano passado para a implantação do critério de representação cidadã, que prevê um número maior de cadeiras para os países que contam com maior número de habitantes. Segundo o Protocolo Constitutivo do Parlasul, o estabelecimento desse critério seria inicialmente apro-

vado pelo próprio parlamento, como ocorreu em Assunção, em abril de 2009, e depois ratificado pelo conselho. A partir de 2011, terá início a primeira etapa da implantação do critério de proporcionalidade para a definição das bancadas. Para o chanceler brasileiro, a representação proporcional permitirá organizar eleições diretas para o Parlasul. 3

A representação cidadã

Começa no ano que vem a primeira etapa da implantação do critério de proporcionalidade para definição das bancadas do Parlasul

A PARTIR DE 2011	A PARTIR DE 2015
37	75
26	43
18	18
18	18

especial Cidadania

Eleitor que não votar precisa justificar a ausência

Para evitar multa ou perda de direitos, o eleitor entre 18 e 70 anos que não votar deve justificar a falta. Se não tiver se justificado em qualquer seção, no dia da eleição, poderá fazê-lo em 60 dias, a contar da data do pleito. 4

Simon espera que decisão sobre Ficha Limpa saia já 2

Pauta de amanhã depende de reunião dos líderes 2



Nuno Cobra é conhecido por seus livros e por ter sido preparador físico de Ayrton Senna e Rubens Barrichello

Moreira Mariz/Senado Federal

Nuno Cobra: alimento saudável e bom humor fazem bem à saúde

Em palestra sobre qualidade de vida e motivação, dentro da programação do Mês do Servidor Público, o professor de Educação Física Nuno Cobra afirmou que o bem-estar e a saúde são beneficiados com uma combinação

balanceada entre bom humor, alimentação saudável e prática de exercícios físicos. O professor observou, no entanto, que, apesar de importante, a prática da atividade física sem o devido preparo pode trazer danos ao corpo.

Senador diz que uma deliberação do STF no sentido de que lei já vale para este ano seria um dos passos mais importantes do país na direção da ética

Simon pede decisão rápida sobre Ficha Limpa

“SE O SUPREMO Tribunal Federal (STF) decidir aceitar a Lei da Ficha Limpa, estaremos dando um passo monumental rumo ao fim da impunidade no Brasil.” A afirmação foi feita pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que, da tribuna, apelou para que os ministros do STF decidam sobre o assunto até o final desta semana. Ele opinou que, se a votação da matéria não for concluída até

esta sexta-feira, dificilmente o será na próxima semana, que antecede o segundo turno das eleições.

Uma decisão do STF no sentido de que a Lei da Ficha Limpa já vale para as eleições de 2010 seria, na opinião do senador, um dos passos mais importantes tomados pelo Brasil nos últimos 50 anos na direção da ética, da moral e da dignidade. Por outro

lado, Simon advertiu que não aprovar a lei seria um retrocesso histórico.

– O STF, aprovando a Lei da Ficha Limpa, estará iniciando uma etapa da reforma política e eleitoral de que o Brasil tanto necessita e que deverá ser aprovada pelo próximo Congresso. Mas se o Supremo nada fizer, se não se posicionar a respeito dessa lei, deixará o país como

está e provocará na população uma profunda desilusão, um profundo sentimento de frustração – afirmou Pedro Simon.

Segundo Simon, a população brasileira aguardava a decisão do Supremo na semana passada. Ele disse que entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Associação Brasileira de Im-

prensa (ABI), entre outras, ainda mantêm a esperança de que a votação seja encerrada antes da realização do segundo turno das eleições.

Simon observou que o STF não pode aguardar o presidente da República indicar o magistrado que substituirá o ministro aposentado Eros Grau, para que ele desempate a votação, que ficou em 5 a 5.

Líderes devem definir pauta da sessão de amanhã

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), 2ª vice-presidente do Senado, disse na manhã de ontem que espera haver número suficiente de senadores para a sessão deliberativa de amanhã. Ainda ontem, ela deveria encontrar-se com o presidente do Senado, José Sarney, para tratar do assunto.

– Hoje [ontem] à tarde, conversei com o presidente. E espero que o acertado com os líderes se cumpra. Combinamos a realização de sessão deliberativa nesta quarta-feira. Se não conseguirmos número, aí creio que só depois do segundo turno das eleições – afirmou a senadora.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que voltaria a Brasília ainda à noite. Ele pretende reunir-se com os outros líderes partidários para definir uma pauta negociada.

– Não tem nenhuma matéria urgente. A ideia é que a gente possa ter uma pauta conjunta. Aguardam votação acordos internacionais e uma série de outras matérias. Vamos construir uma pauta de consenso para quarta-feira – disse Jucá.

O líder do Democratas, senador Antonio Carlos Júnior (BA), pretende retornar de Salvador na manhã de hoje. Da mesma forma, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), estava em Manaus e tinha passagem reservada para embarcar para Brasília na noite de ontem.



Serys: capitalização e regras para o pré-sal visam fortalecer Petrobras

Serys vê diferenças entre gestões de Lula e de FHC

Serys Slhessarenko (PT-MT) defendeu ontem o modelo de gestão da Petrobras adotado pelo governo do presidente Lula. Em sua avaliação, a administração petista da estatal é frontalmente oposta ao modelo adotado durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

A parlamentar afirmou que o governo FHC realizou várias ações supostamente visando

à privatização da Petrobras, como a redução da exploração petrolífera, o desmembramento da área de refino e a inibição de investimentos.

Já no governo Lula, segundo Serys, a capitalização da empresa e a aprovação do marco regulatório do pré-sal teriam o objetivo de fortalecer a estatal.

Serys também registrou a entrega de dossiê elaborado pela

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) sobre o piso salarial profissional nacional. O documento foi protocolizado no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, no Ministério da Educação e no Supremo Tribunal Federal (STF).

A entrega do dossiê visa pressionar o STF para agilizar a votação do mérito das ações contra a Lei 11.738/08, que instituiu o piso nacional.

Papaléo Paes alerta para falta de médicos no interior

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou ontem, Dia do Médico, os “maus gestores” e os “maus políticos” pela falta de equipamentos e de condições de trabalho nos hospitais públicos.

Médico formado há mais de 30 anos, Papaléo queixou-se da má distribuição desses profissionais no país e lamentou que as autoridades não tenham ainda encontrado o caminho para fixação de jovens médicos no interior. Para o senador, eles evitam trabalhar nas cidades menores não só pelos baixos salários, mas também pelas péssimas condições de trabalho.

O Brasil já tem 357 mil médicos, o que dá um para cada



Papaléo: más condições de trabalho afastam médicos das cidades menores 540 habitantes. Conforme Papaléo, o número é até superior ao mínimo recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de um médico para mil habitantes. No entanto, disse, a má distribuição faz com que estados do Norte e do Nordeste não tenham sequer o número mínimo, como ocorre no Maranhão, Piauí e Pará.

Raupp parabeniza médicos e professores

Valdir Raupp (PMDB-RO) homenageou ontem professores e médicos pela passagem das datas comemorativas de ambas as profissões: 15 e 18 de outubro, respectivamente. Ele também disse acreditar que a chapa Dilma Rousseff e Michel Temer vencerá a eleição. Para o senador, o próximo presidente terá grandes desafios nas áreas de saúde, educação e segurança pública.

Raupp elogiou os investimentos federais em Rondônia. Segundo ele, apenas nas obras das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau (ambas no rio Madeira), o governo aplicará um montante de mais de R\$ 30 bilhões. Essas obras, de acordo



Brasil tem que avançar em saúde, educação e segurança, diz o senador com o parlamentar, empregam mais de 29 mil trabalhadores diretamente e vêm atraindo outras indústrias para a região, como fábrica de cimento, metalúrgica e centros comerciais.

O senador também sugeriu projetos para o próximo presidente do Brasil, como a Ferrovia Transcontinental e o gasoduto Urucu-Porto Velho.

Agenda

Plenário Sessão para debates

14h A sessão é não deliberativa. Entre os senadores inscritos, estão Eduardo Suplicy (PT-SP) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Papaléo Paes

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Amorim quer plano para aprofundar cidadania no Mercosul

O ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, sugeriu ontem, em Montevideu, a adoção pelo Mercosul de um plano de ação destinado a "ampliar e aprofundar os elementos de uma cidadania regional nos próximos dez anos". A proposta foi apresentada durante sessão do Parlamento do Mercosul, à qual o ministro compareceu para apresentar os planos da presidência *pro tempore* brasileira do bloco, que se estende até o final do ano.

– A presidência *pro tempore* brasileira tem o objetivo de consolidar o mais jovem pilar da integração, o da cidadania. Queremos convidar os sócios a somar esforços para implantarmos uma cidadania do Mercosul. Nós queremos construir o Mercosul dos povos – disse Amorim.

Em seu pronunciamento, o ministro recordou os avanços já obtidos pelo bloco nessa direção, entre os quais as viagens sem passaporte pela América do Sul e a maior facilidade de obtenção de residência permanente de cidadãos do Mercosul em outros países do bloco. Durante reunião da representação brasileira realizada horas antes, o representante brasileiro junto ao Mercosul, embaixador Regis Arslanian, citou entre as possíveis novas metas a unificação dos registros veiculares e a criação de um documento único de identidade nos países que integram o bloco.

Outra proposta apresentada por Amorim ao Parlasul foi o estabelecimento de um representante especial do bloco.

Chanceler faz balanço de presidência *pro tempore* argentina

O ministro argentino das Relações Exteriores, Héctor Timerman, apresentou ontem, em reunião do Parlamento do Mercosul (Parlasul), em Montevideu, no Uruguai, os resultados da presidência *pro tempore* exercida por seu país no primeiro semestre. Ele ressaltou a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC), que, a seu ver, facilitará a circulação de mercadorias intrazona. Também citou os esforços para promover a integração produtiva regional, por meio de iniciativas voltadas à cooperação em setores como a produção de petróleo e gás e a fabricação e instalação de parques eólicos.

Timerman celebrou o relançamento das negociações com a União Europeia para alcançar um acordo baseado em diálogo político, cooperação e comércio. E agradeceu o apoio aos "legítimos, irrenunciáveis e imprescritíveis" direitos da Argentina na disputa com o Reino Unido pelas ilhas Malvinas e espaços marítimos circundantes.

O chanceler defendeu a rápida aprovação do critério que define o tamanho das bancadas de cada um dos países que integram o bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

– É prioritário aprovar neste semestre o critério da representação cidadã, que permitirá estabelecer a futura conformação do Parlamento do Mercosul e, desse modo, consolidar esse órgão fundamental do Mercosul, que tem como missão representar nossos povos e democratizar o processo de integração – afirmou.



Em Montevideu, ministros Lacognata, do Paraguai; Timerman, da Argentina; Amorim, do Brasil; Almagro, do Uruguai; e o presidente uruguaio José Mujica

Ministros ratificam o critério de representação cidadã no Parlasul

Para Celso Amorim, critério de bancadas proporcionais permitirá organizar eleições diretas para o Legislativo do Mercosul, "o que vai criar uma ligação muito mais forte do cidadão com os parlamentares do bloco"

OS MINISTROS DAS Relações Exteriores de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai chegaram ontem a um acordo sobre a futura composição do Parlamento do Mercosul (Parlasul). Eles ratificaram em Montevideu o acordo político firmado no ano passado para a implantação do critério de representação cidadã, que prevê um número maior de cadeiras para os países que contam com maior número de habitantes.

O encontro dos quatro chanceleres ocorreu na residência do representante permanente brasileiro junto ao Mercosul, embaixador Regis Arslanian, e foi considerado uma sessão extraordinária do Conselho do Mercado Comum, órgão decisório máximo do bloco, composto por ministros das Relações Exteriores e da Economia. Segundo o Protocolo Constitutivo do Parlasul, o estabelecimento do critério de

representação cidadã seria inicialmente aprovado pelo próprio parlamento, como ocorreu em Assunção, em abril de 2009, e depois ratificado pelo conselho.

A partir de 2011, conforme o acordo, terá início a primeira etapa da implantação do critério de proporcionalidade para a definição das bancadas. O Brasil contará com 37 parlamentares, enquanto a Argentina ficará com 26. Já Paraguai e Uruguai manterrão suas atuais bancadas, de 18 integrantes cada uma. A partir de 2015, o Brasil passará a ser representado por 75 parlamentares e a Argentina contará com 43 representantes em Montevideu, sede do parlamento. Paraguai e Uruguai continuarão com 18 parlamentares cada um.

– A decisão é muito importante, porque o Mercosul quer promover não apenas o desenvolvimento e o comércio, mas também a democracia. Nada mais

representativo de uma democracia do que um parlamento que seja o reflexo das populações – disse o ministro Celso Amorim, após o almoço de trabalho.

Para o chanceler brasileiro, a representação proporcional permitirá organizar eleições diretas para o Parlasul, "o que vai criar uma ligação muito mais forte do cidadão com os parlamentares".

Indicado para representar na reunião o presidente do Parlasul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), o deputado Dr. Rosinha (PT-PR) considerou o evento "extremamente importante para o Mercosul".

O deputado informou que houve um acordo entre os ministros segundo o qual a implantação do Tribunal de Justiça do Mercosul, uma reivindicação paraguaia, não será simultânea à implantação do critério de representação cidadã.

Após o almoço, Amorim participou da sessão do Parlasul juntamente com os chanceleres da Argentina, Héctor Timerman; do Paraguai, Héctor Lacognata; e do Uruguai, Luis Almagro.

Mercosul quer promover também a democracia, afirmou o chanceler brasileiro após almoço de trabalho

Parlamento pode ter eleição direta de representantes em 2012

Os eleitores brasileiros poderão ir às urnas em 2012 para eleger diretamente seus primeiros representantes no Parlamento do Mercosul (Parlasul). A definição do número de cadeiras a que cada país terá direito – oficializada ontem durante encontro de ministros das Relações Exteriores de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – permitirá a aprovação, pelo Congresso Nacional, das regras a serem adotadas para a escolha dos futuros representantes brasileiros em Montevideu, sede do órgão legislativo regional.

A realização de eleições já em 2012 e não em 2014, como se previa anteriormente, foi defendida pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

– O acordo nos permitirá realizar eleições diretas e espero que elas possam ocorrer em 2012 – disse ele.

Já tramita na Comissão de Relações Exteriores da Câmara um projeto de lei que estabelece as regras das eleições. Até o momento, porém, a tramitação da proposta estava paralisada, visto que não havia como definir o modelo das eleições

sem a certeza de quantos parlamentares seriam eleitos pelo voto direto. Uma vez que os quatro chanceleres ratificaram o acordo político firmado em 2009 pelo Parlasul, em Assunção, o Brasil será representado, a partir de 2011, por 37 parlamentares. Esse número subirá para 75 a partir de 2015.

O relator do projeto na Câmara, deputado Dr. Rosinha, participou da reunião. Ele informou que pretende apresentar seu parecer em novembro e discuti-lo, em seguida, com as lideranças partidárias.

– Se depender de mim, direi no relatório que as eleições serão em 2012.

É importante já eleger nossos representantes juntamente com as eleições municipais. Nós temos uma eleição daqui a dois anos que abre essa possibilidade – afirmou Rosinha.

O deputado defende a eleição dos parlamentares brasileiros por meio de listas

nacionais. Ou seja, os partidos políticos apresentariam listas de candidatos a representantes brasileiros no Parlasul. Os eleitores votariam nas listas partidárias e não diretamente nos candidatos. Existem outras opções em discussão na representação brasileira, como a que garante a presença de pelo menos um parlamentar

por unidade da federação, como forma de estabelecer uma ligação de eleitores de todo o país com o processo de integração regional.

Até o final de 2012, o Brasil permanecerá sendo representado no Parlasul por deputados e senadores indicados pelo Congresso Nacional.

Atualmente, a representação brasileira é composta por nove deputados e nove senadores. Como a representação passará a ser de 37 parlamentares a partir de 2011, os parlamentares terão de chegar a um entendimento sobre o número de deputados e de senadores que a integram.

Número de brasileiros no parlamento regional deve chegar a 75 em 2015

Justificar ausência da votação é dever do eleitor

Se não puder comparecer à sua seção ou a um posto de justificativa no dia da votação, eleitor tem até 60 dias para apresentar requerimento

O CÓDIGO ELEITORAL (Lei 4.737/65) prevê o voto obrigatório no Brasil para quem tem entre 18 e 70 anos. Caso o eleitor esteja fora da cidade onde vota no dia da eleição, mas esteja no país, deverá procurar um posto exclusivo de justificativa ou mesmo qualquer seção eleitoral na cidade onde se encontra. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) fornece um formulário próprio que deve ser preenchido e apresentado junto com um documento oficial de identificação. O comparecimento ao posto de justificativa é obrigatório.

Já no caso de o eleitor estar

impedido de comparecer ou justificar no dia da eleição por motivos de saúde, ou por estar, por exemplo, em viagem fora do país, é preciso procurar o cartório de sua zona eleitoral no prazo de 60 dias após a votação e apresentar um requerimento de justificativa acompanhado de comprovação de seu impedimento.

Caso o pedido de justificativa não seja apresentado dentro do prazo ou o juiz eleitoral a rejeite, o eleitor terá que pagar multa que varia de R\$ 1,05 a R\$ 35,10. A multa também é aplicada para quem não compareceu às urnas sem justificativa e deseja regula-

rizar sua situação perante a Justiça Eleitoral.

O título será cancelado se o eleitor não votar nem justificar sua ausência em três eleições consecutivas. Cada turno é considerado uma eleição para esse cancelamento.

O requerimento de justificativa eleitoral para apresentação no dia da eleição é gratuito e pode ser obtido nos cartórios eleitorais, nas páginas da internet do TSE e dos tribunais regionais eleitorais (TREs) de cada estado ou nos próprios locais de justificativa.

Para o caso da justificativa depois do dia da eleição, cada cartório dispõe de formulário próprio para o pedido, que também pode ser feito por correio. O endereço dos cartórios eleitorais está nos sites dos TREs.

O título será cancelado se o eleitor não votar nem justificar em três eleições consecutivas

Cresce número de votantes e de justificativas

Após o prazo dado pela Justiça Eleitoral para a justificativa de ausência no primeiro turno das eleições, será possível saber quantos dos atuais 135,8 milhões de eleitores brasileiros fizeram o procedimento. Dados do TSE revelam que no primeiro turno das eleições de 2006, quando o país somava 125,9 milhões de eleitores, 8.023.430 deles justificaram a ausência. Em 2002, com um eleitorado de 115.253.816, o Brasil teve 5.699.936 justificativas no primeiro turno.

A justificativa também é obrigatória para o eleitor que optou pelo voto em trânsito. Quem transferiu provisoriamente o título para uma das capitais a fim de votar nos candidatos a presidente da República no primeiro e (ou) no segundo turno, mas no dia da eleição não estava no local indicado à Justiça Eleitoral, pode justificar a ausência inclusive no local do seu domicílio eleitoral. Mesmo escolhendo apenas um dos cargos nas eleições gerais, quem vota em trânsito não precisa se justificar por não ter votado para os demais cargos.



Posto para justificativa eleitoral em Brasília: eleitor ausente tem 60 dias

Cidadania limitada

Por ser um processo simples e fácil, é melhor passar por ele a ter restringidos alguns direitos concedidos pelo poder público. Confira o que é proibido atualmente para quem está em situação irregular perante a Justiça Eleitoral:

- inscrever-se em **concurso público**
- tomar posse em **cargo público**
- receber **remuneração**, após o segundo mês subsequente ao da eleição, se for servidor público
- participar de **licitação**
- obter **empréstimos** nas instituições financeiras do governo
- tirar **passaporte**
- tirar **carteira de identidade**
- renovar matrícula em instituição de **ensino público**
- outros atos** que dependam da quitação do serviço militar ou do Imposto de Renda



Fique atento

Confira os prazos para justificar ausência:

- DEZEMBRO 2** último dia para justificar a ausência no **primeiro turno** da eleição
- DEZEMBRO 30** último dia para justificar a ausência no **segundo turno** da eleição



Projeto acaba com restrições para eleitor que não votar

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 244/06, do senador Marco Maciel (DEM-PE), altera o Código Eleitoral para acabar com as restrições ao eleitor que deixar de votar. A proposta, que mantém apenas a multa para quem não justificar a ausência ou tiver a justificativa rejeitada pelo juiz eleitoral, foi aprovada em de-

cisão terminativa na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e enviada à Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei 43/03, do deputado Enio Bacci (PDT-RS), determina a instalação de pontos de justificativa eleitoral nas rodovias. A proposta está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Saiba mais

Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Praça dos Tribunais Superiores Bloco C – CEP: 70.096-900
Brasília (DF) – (61) 3316-3000
www.tse.gov.br – www.justicaeleitoral.gov.br

Tribunais regionais eleitorais

www.tre-uf.jus.br
(basta substituir "uf" pela sigla do seu estado para obter o endereço dos cartórios eleitorais)

